



ISSN on-line: 2238-4170

<http://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/gestaocontemporanea>
Gestão Contemporânea, v.13, n.2, p. 111.134, dez. 2023.

ARTIGO DE REVISÃO

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: REVISÃO DOS ESTUDOS BRASILEIROS SOBRE CONEXÕES POLÍTICAS

REVIEW ARTICLE

BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE: A REVIEW OF BRAZILIAN STUDIES ON POLITICAL CONNECTIONS

Thiago Nobre Sobrinho¹

Francisco Ivander Amado Borges Alves²

Jackeline Lucas Souza³

Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil

Resumo

Toda uma herança acadêmica vem se moldando em torno da conexão público-privada, destacadamente quando é de interesse das companhias se associar. Assim, as pesquisas tratam das motivações, vantagens obtidas, desvantagens e de que forma a conexão se dá. Neste íterim, esta pesquisa objetiva analisar a produção científica brasileira, veiculada em periódicos, a respeito das conexões políticas. Para isto, acessou-se o Portal de Periódicos para selecionar os artigos, resultando em 147 ocorrências, das quais restaram 21, pois foram eliminadas 31 duplicatas, 90 materiais fora de escopo e 3 trabalhos de revistas estrangeiras. A amostra final foi tabulada no Excel, o possibilitou o desenvolvimento da bibliometria e da revisão sistemática, esta última após a leitura dos artigos. Os achados apontam que o interesse na temática vem aumentando, tem boa aceitação nas revistas de maior prestígio, há concentração da produção em alguns autores e a abordagem é predominantemente quantitativa. A revisão sistemática indicou que a variável mais recorrente para conexão política se trata das doações a campanhas políticas, mas há outras opções para aproximar tal proxy, achado que é particularmente útil em virtude da decisão do STF, em 2015, de declarar inconstitucional as doações feitas pelas pessoas jurídicas.

Palavras-Chave: Conexões políticas; Revisão sistemática; Bibliometria; Brasil.

Abstract

An entire academic heritage has been shaping itself around the public-private connection, especially when it is in the interest of companies to associate. Thus, the research deals with the motivations, advantages obtained, disadvantages and how the connection takes place. In the meantime, this research aims to analyze the Brazilian scientific production, published in journals, regarding political connections. For this, the Journal Portal was accessed to select the articles, resulting in 147 occurrences, of which 21 remained, as 31 duplicates, 90 out-of-scope materials and 3 works from foreign journals were eliminated. The final sample was tabulated in Excel, which enabled the development of bibliometrics and systematic review, the latter after reading the articles. The findings indicate that interest in the subject has been increasing, it is well accepted in the most prestigious journals, there is a concentration of production in a few authors and the approach is predominantly quantitative. The systematic review indicated that the most recurrent variable for political connection is donations to political campaigns, but there are other options to approximate this proxy, a finding that is

¹ Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará. Email: thnobres@gmail.com.

² Mestrado em Modelagem e Métodos Quantitativos pela Universidade Federal do Ceará. Analista de treinamentos 2 na Concentrix Brasil. E-mail: ivandborges@gmail.com.

³ Doutorado em Engenharia Civil: Recursos Hídricos. Professora Associada do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atuação nas áreas: tributária, ambiental e custeio. E-mail: jackeline.souza@hotmail.com.

particularly useful due to the decision of the STF, in 2015, to declare the donations made unconstitutional. by legal entities.

Keywords: Political connections; Systematic review; Bibliometrics; Brazil.

INTRODUÇÃO

O cotidiano das companhias é permeado por decisões, desde as clássicas das Finanças corporativas - de financiamento, investimento e distribuição de resultados -, assim como as associadas à gestão de pessoas - contratação, promoção, alocação e desligamento -, até as associadas aos relacionamentos empresariais, em especial com elos da cadeia de suprimentos, com os clientes e com o governo. Este último surge como um ator externo de destaque na economia, haja vista ser controlador de recursos públicos, bem como influenciar, direta ou indiretamente, as empresas constituintes dos segmentos produtivos.

Toda uma herança científica vem se moldando em torno desta temática da aproximação público-privada, isto é, das conexões políticas. Há pesquisas qualitativas voltadas a fundamentar ou discutir as motivações e consequências dessa relação, assim como há estudos quantitativos que se dispõem a identificar determinantes, a analisar se há diferenciais competitivos decorrentes da aproximação, entre outras intenções. Todavia, não foi identificado um estudo que se dispusesse a realizar uma revisão sistemática de toda essa literatura, sobretudo a de abrangência nacional.

Nesse sentido, a presente pesquisa pretende responder à seguinte questão-problema: Qual o estado da pesquisa brasileira, veiculada em periódicos, a respeito das conexões políticas? Para tanto, delinea-se como objetivo geral: analisar a produção científica brasileira, veiculada em periódicos, a respeito das conexões políticas. Dessa forma, a relevância do estudo está tanto na (i) atualidade da temática, em especial nesse período de proximidade eleitoral, quando empresas e políticos tenderiam a se aproximarem mais, firmando seus acordos e aliando interesses, assim como (ii) nas contribuições da investigação.

Em específico, as contribuições fornecidas são no sentido de apoiar a academia, uma que há a revelação do aumento do interesse em se pesquisar sobre o assunto, a indicação das proxies usadas para as conexões políticas, a apresentação das metodologias e resultados encontrados nos estudos anteriores. Esse arcabouço do

estado da arte é valioso para as próximas pesquisas avançarem no estudo, ao observarem oportunidades em que possam contribuir. O meio profissional também pode se valer de alguns desses achados, de maneira especial sobre as evidências da investigação do custo da aproximação política com as vantagens que, em teoria, a companhia gozaria, assim como das ineficiências. Na próxima seção apresenta-se uma breve fundamentação para o leitor se inteirar da temática das conexões políticas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em se tratando da aproximação com o governo, diversos motivos podem forçá-la ou estimulá-la, configurando-se o interesse nesse relacionamento no campo de estudos das conexões políticas entre empresas e o poder público. A conexão pode ser (i) compulsória, como a estatização ou ação direta do Estado influenciando com normas reguladoras, e (ii) voluntária, quando é do interesse da firma se aproximar do poder público, principalmente para obter recursos a menor custo, aumentar a probabilidade de obter contratos com o governo, acessar informações privilegiadas, ampliar o valor de mercado e pressionar para a aprovação de medidas de interesse do empresariado. Todavia, nem sempre a facilidade na obtenção de vantagens para as corporações implica em ganhos gerais, em razão da ineficiência da aplicação dos recursos, por exemplo, mesmo que seja esperada que a associação público-privada reduzisse a incerteza ambiental (ARANTES; DIAS; SOARES, 2022; BOATENG; LIU; BRAHMA, 2019; KOPROWSKI *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2018).

Nesse sentido, as conexões políticas compreendem as estratégias de aproximação das companhias com o Estado, em vias de influenciar as decisões governamentais ou as empresariais, valendo-se de doações a campanhas eleitorais, lobby, nomeação de políticos e ex-políticos para cargos corporativos e participação na estrutura de propriedade das firmas. Ressalta-se que o inter-relacionamento público-privado não implica um sentido unidirecional, pois tanto as entidades se aproveitam da proximidade para obter vantagens, assim como os indivíduos que gerenciam o Estado podem buscar nesse relacionamento o atendimento de seus interesses, inclusive interferindo nas decisões de alocação dos recursos corporativas

para o desenvolvimento de políticas públicas sobre o escopo das firmas (BOATENG; LIU; BRAHMA, 2019; SILVA *et al.*, 2018; BORGHESI; HOUSTON; NARANJO, 2014).

O ambiente das economias com baixo desenvolvimento institucional e mercado de capitais imaturo estimula as conexões políticas, possibilitando obter ganhos que diferenciam as organizações conectadas de seus pares que não o são. Neste modelo, o governo é central para o financiamento corporativo, uma vez que ele fornece tanto diferenciais tributários como como disponibiliza recursos operacionalizados por bancos estatais. A atratividade pela aproximação voluntária no caso brasileiro se dá por este modelo em que a União é a detentora dos maiores bancos, juntamente com sua influência sobre fundos de pensão, ampliando a capacidade governamental de ofertar empréstimos a juros menores e a condições diferenciadas de negociação (ARANTES; DIAS; SOARES, 2022; SILVA *et al.*, 2018).

Mesmo que a conexão seja cultivada pela corrupção ou por vias éticas, fato é que as organizações estão no cenário econômico mais ou menos competitivo e objetivam sobreviver e tomar a liderança em seus setores. A este respeito, a teoria da dependência de recursos sugere que o sucesso está intimamente ligado à capacidade da firma em se relacionar com o ambiente, de forma que a companhia toma decisões gerenciais que permitam manipular o ambiente e obter os recursos e serviços de que necessita, podendo se associar com outras entidades, estabelecendo acordos (RUEDA-SÁNCHEZ; ZAPATA-ROTUNDO, 2018; PFEFFER; SALANCIK, 1978; ALDRICH; PFEFFER, 1976).

Em uma ilustração de como o capital social pode ser convertido em capital econômico, Dicko (2020) exemplifica que membros do conselho de administração conectados com instituições financeiras detêm expertise na companhia e sabem quais informações que ao serem disponibilizadas podem reduzir a avaliação de risco, facilitando o acesso ao financiamento. Conforme a autora, os relacionamentos podem fornecer diversos recursos para a companhia, desde os financeiros, humanos (*expertise*, informação ou competências), comerciais (novos contratos), ou legitimidade política e social.

Boateng, Liu e Brahma (2019) esclarecem que várias teorias foram aplicadas para explicar os efeitos das conexões políticas, entre as quais estão a teoria da mão agarrando, teoria de rede e a teoria da agência. A primeira delas indica que os políticos

priorizam seus objetivos egoístas em prejuízo do bem-estar social, assim seriam nomeados burocratas para a gestão das empresas públicas a fim de servir aqueles objetivos. Na teoria da rede, as corporações e o Governo se aliam para direcionar recursos a projetos sócio-políticos economicamente inviáveis, bem como as redes facilitam o acesso aos valores para as companhias e agilizam a obtenção de informações privilegiadas sobre o mercado. Por fim, a teoria da agência considera que da separação da propriedade e do controle, os administradores podem se desalinhar do melhor interesse dos proprietários e passar a agir em benefício próprio, tratando-se do conflito agente-principal (gestores e acionistas, respectivamente), já nos mercados concentrados, o conflito que se sobressai é entre acionista majoritários e minoritários. Quando o governo é o acionista principal, este pode estar interessado em privilegiar interesses próprios (sociais) que o dos outros proprietários (focados em maximizar a riqueza) (LI *et al.*, 2019; KOPROWSKI *et al.*, 2019; BOISOT; CHILD, 1996; SHLEIFER; VISHNY, 1994; JENSEN; MECKLING, 1976).

A temática das conexões políticas é central para os estudos organizacionais e da administração pública. A pesquisa acerca do assunto se vale de teorias de diversas áreas do conhecimento, assim como se apresenta atual e com relevante produção acadêmica. Tal qual outras temáticas, é válido traçar um panorama sobre as tendências e o desenvolvimento da investigação desse objeto, até o momento, pretensão esta que se figura no intuito desse artigo, ao qual vale-se da revisão sistemática para evidenciar a pesquisa sobre o assunto no Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa pode ser caracterizada como descritiva, quanti-qualitativa, valendo-se da bibliometria e da revisão sistemática para análise dos dados (MAZUCATO, 2018). As informações acessadas serão descritas textualmente, com emprego de estatísticas. Empregando-se a revisão sistemática e a bibliometria - esta última subsidiariamente - para extrair e analisar dados sobre a produção brasileira em conexões políticas.

A bibliometria compreende uma técnica que visa analisar as características da produção científica (volume de artigos, autores, instituições prolíficas, gênero dos autores, periódicos de veiculação, fluxo anual, etc), utilizando-se de técnicas matemáticas e/ou estatísticas (CORADINI *et al.*, 2022). Neste estudo, ela assume caráter complementar em vista de conhecer os atributos da pesquisa na temática: (i) quantidade de autores, (ii) autores por artigo, (iii) autor mais prolífico, (iv) produção anual, (v) periódicos, (vi) qualidade do periódico mensurado pelo estrato Qualis Periódicos quadriênio 2013-2016 e (vii) abordagem predominante.

Por sua vez, a revisão sistemática ganha espaço com o aumento do volume da publicação, uma vez que resume as pesquisas originais sobre um tema, permitindo indicar o estado da arte, as tendências e as fronteiras de pesquisa. Os estudos de revisão são tidos como mais rigorosos por serem replicáveis e se ancorarem em procedimentos metodológicos explícitos. A qualidade está atrelada ao cumprimento de critérios essenciais: (a) ser exaustiva em relação à literatura relevante, (b) registrar e utilizar de metodologia rigorosa com definição de questão de pesquisa, protocolo de pesquisa, coleta, critérios de inclusão ou não e, a análise dos materiais, (c) varredura da literatura com estratégia sensível para detecção de artigos e busca em variadas bases e, (d) participação de pelo menos duas pessoas, em especial durante a triagem das fontes (DONATO; DONATO, 2019; GALVÃO; RICARTE, 2019).

Primeiramente definiu-se os elementos do planejamento, isto é, o objeto de investigação (conexões políticas entre empresas privadas e governo), tipo de material (artigos científicos publicados por periódicos), abrangência (revistas brasileiras), horizonte temporal (foram consultados todos os anos que haviam artigos), fonte de consulta (Portal de periódicos CAPES) e *softwares* de análise (Rayyan e Excel® 365). Definido isso, então acessou o website do Portal de Periódicos, lá digitou-se “conexões políticas” na busca por assunto, entre aspas duplas para pesquisar por trabalhos que continham o termo exato em qualquer parte do trabalho, apesar que a ferramenta também pesquisava por variações nessa locução, o que reforçou o critério essencial (a). Justifica-se o acesso a esta plataforma por permitir baixar os metadados em variados formatos e trata-se de um instrumento que aglutina considerável volume de publicações nacionais e estrangeiras, do mesmo modo que possibilita a busca em várias bases científicas, cumprindo o critério (c).

O Portal retornou 147 resultados, no dia 12/02/2022 às 03:09 da madrugada, horário de Brasília. Ressalta-se que todos esses materiais foram identificados como ‘artigos’ pela plataforma, não havendo necessidade de filtrar-se o tipo de material. Seguiu-se para o fim da página para mudar a quantidade de resultados exibidos por página de 10 para 50 (máximo permitido). Partiu-se para o topo da página e clicou-se na caixa de seleção no cabeçalho dos resultados, para assim selecionar-se todos os materiais de uma página, o que permitiu clicar no ícone de reticências para visualizar a opção ‘RIS’ e baixar os metadados nesse formato, repetindo esse processo em cada uma das três páginas. Todos os arquivos RIS foram salvos numa pasta para em seguida serem carregados no websoftware *Ryyan*.

Dois dos pesquisadores analisaram os arquivos para decidir se incluíam ou não, de forma independente, cada um dos 147 resultados, e indicaram o motivo de rejeição (fora de escopo, duplicado ou proveniente de periódico estrangeiro), atendendo ao critério essencial (d). Depois desta etapa, desativou-se a revisão cega, o que evidenciou que em 5 resultados os autores tiveram veredictos diferentes, então foi promovido um *round table* para que todos os autores chegassem a um consenso, pretensão bem-sucedida. Dessa triagem restaram 21 artigos daquele universo de 147 ocorrências, essa redução da amostra final se deveu a 31 duplicatas, 90 materiais fora de escopo e 3 trabalhos veiculados por revistas estrangeiras.

Depois exportou-se, do *Ryyan*, os artigos para o formato CSV. Eventuais erros tipográficos podem ser observados nesse formato, o que demanda uma correção manual na escrita dos nomes dos papers, dos autores ou dos periódicos; cuidado que possibilitará uma visualização fiel no Excel[®]. Este último calcula as estatísticas necessárias para a bibliometria, assim como organizar os materiais. Desta forma, os papers são lidos na íntegra e é redigida uma revisão de seus desenvolvimentos e achados, a qual está resumida na seção seguinte.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

ASPECTOS BIBLIOMÉTRICOS

A amostra alcançou 21 artigos, ver Quadro 1. Não foi identificada nenhuma investigação dedicada a realizar uma revisão sistemática, apenas uma bibliométrico, trata-se de Arantes, Dias e Soares (2022), que coletaram distintos materiais (artigos, teses e dissertações). Os autores encontraram 49 trabalhos, dos quais 14 são artigos de periódicos. Ademais, a pesquisa desses cientistas não consta na amostra analisada aqui por ser tratar de um estudo bibliométrico, um cuidado exigido nas revisões sistemáticas (DONATO; DONATO, 2019; GALVÃO; RICARTE, 2019).

Quadro 1: Artigos que compõem a amostra

Título	Autor	Ano
A estrutura de propriedade das corporações: conexões políticas sob a perspectiva da dependência de recursos	Brey <i>et al.</i>	2011
Conexões políticas e desempenho: um estudo das firmas listadas na BM&FBovespa	Camilo, Marcon e Bandeira-de-Mello	2012
Influência da conexão política na diversificação dos grupos empresariais brasileiros	Costa, Bandeira-de-Mello e Marcon	2013
Formulação e execução de estratégias políticas no setor de etanol: um modelo processual	Silva, Caldeira e Bandeira-de-Mello	2014
Conexões políticas em estruturas de propriedade: o governo como acionista em uma análise descritiva	Brey <i>et al.</i>	2014
Conexões políticas e as empresas brasileiras: um estudo experimental sobre as decisões de investimento no mercado de capitais	Macedo, Silva e Machado	2015
Conexões políticas das empresas por estruturas de propriedade: uma abordagem do governo como acionista	Brey <i>et al.</i>	2015
Conexões políticas nas maiores companhias listadas na BM&FBovespa	Pinheiro, De Luca e Vasconcelos	2016
Political perspectives of relationship networks to internationalization of firms in an emerging economy	Monticelli, Garrido e Vasconcelos	2017

Financiamento político no Brasil: perfil das empresas doadoras a candidatos entre os anos de 2002 a 2014	Ribeiro <i>et al.</i>	2017
Political strategy and the growth of business groups	Gama, Bandeira-de-Mello e Spuldaro	2018
Desempenho e conexão política no Brasil: uma análise a partir das eleições de 2014	Parente e Cruz	2018
A influência das conexões políticas no custo de capital e no desempenho das empresas listadas na B3	Silva <i>et al.</i>	2018
Influência das conexões políticas e da evidenciação socioambiental no custo de capital	Koprowski <i>et al.</i> (a)	2019
Influência das Conexões Políticas na Evidenciação de Informações Socioambientais	Koprowski <i>et al.</i> (b)	2019
Novo olhar ao board interlocking: evidências a partir das redes sociais corporativas	Dal Magro e Klann	2020
O governo como acionista e o conflito principal-principal no setor elétrico brasileiro	Loch <i>et al.</i>	2020
Timely loss recognition in brazilian firms under corruption investigation	Rocha e Bezerra	2021
Influência das conexões políticas no custo de financiamento da dívida das companhias abertas listadas na B3	Moura <i>et al.</i>	2021
Conexões políticas e desempenho econômico: um estudo com as empresas do segmento de energia elétrica listadas na B3	Costa <i>et al.</i>	2021
Governança corporativa e conexões políticas nas práticas anticorrupção	Koprowski <i>et al.</i>	2021

Fonte: Elaborado pelos autores.

Mesmo que o presente trabalho tenha se restringido aos artigos publicados em periódicos nacionais, nem todas as publicações foram redigidas em português. Em verdade, dois (9,52% do total) deles foram redigidos exclusivamente em inglês.

Historicamente a produção acadêmica sobre conexões políticas cresceu: 2011, 2012 e 2013 (um trabalho, cada), 2014 e 2015 (dois, cada), 2016 (um artigo), 2017 (dois), 2018 (três), 2019 e 2020 (dois, cada) e 2021 (quatro). Essa tendência também foi notada por Arantes, Dias e Soares (2022).

Já em se tratando das revistas, observou-se que os *papers* foram veiculados por 18 delas, sendo as principais a *Brazilian Business Review*, a Revista de Administração Contemporânea e a Revista de Administração de Empresas, cada uma com duas publicações e as 15 demais com um artigo cada. Na investigação de Arantes, Dias e Soares (2022), os estudiosos haviam identificado apenas a Revista de Administração de Empresas como a maior veiculadora com dois trabalhos, ressalta-se que como a coleta desses pesquisadores ocorreu no primeiro semestre de 2019 alguns dos trabalhos coletados neste presente estudo ainda não haviam sido publicados, assim como anualmente mais revistas se indexam às bases parceiras do Portal de periódicos.

Em relação à qualidade do periódico, aproximada pelo estrato do Qualis, as publicações são bem recebidas nos mais altos níveis: A2 com nove artigos, B1 com três e B2 com dois, corroborando com Arantes, Dias e Soares (2022). A respeito deste atributo, um artigo foi veiculado pela *RAUSP Management Journal*, a qual mudou seu ISSN, em que o antigo era A2, por um novo código que ainda não está registrado na versão oficial do Qualis -'classificação de periódicos quadriênio 2013-2016' -. Assim manteve-se registrada na tabulação como A2, haja vista que o periódico continua existindo e mantém seu legado de publicação de alto nível.

Os autores da amostra preferem trabalhar em parceria, com quatro autores (prática adotada em oito artigos) ou em trios (sete *papers*), já os quintetos e duplas foram menos comuns (cada, presente em três produções), não havendo publicações individuais. As obras foram escritas por 45 autores, perfazendo um total de 74 autorias - isto porque um artigo pode ser escrito por mais de um autor, inflando a quantidade de autorias -. Os autores mais produtivos foram Rodrigo Bandeira-de-Mello e Rosilene Marcon (seis autorias), seguido por Sílvio Parodi Oliveira Camilo (5) e Sady Mazzioni (4). Os três primeiros foram identificados por Arantes, Dias e Soares (2022) como aqueles que possuem a teia mais forte da rede de coautorias. Estes achados tanto

reforçam a tese da concentração da produção em alguns autores como sugere a maior integração entre alguns pesquisadores para o sucesso nas publicações.

Quanto à temática dos estudos, adaptando-se a classificação de Arantes, Dias e Soares (2022), a predominância é por investigarem a associação entre conexão política com o desempenho corporativo (cinco artigos) ou com a estrutura de propriedade ou com os investimentos (ambos com quatro). Os outros temas, menos representativos, colecionam um artigo, cada, à exceção da evidenciação que conta com dois *papers*.

Por seu turno, a abordagem predominante é a quantitativa (adotada em 15 artigos). Sendo o principal método de análise para os estudos quantitativos a regressão linear múltipla (cinco estudos) e a regressão com dados em painel (3). Para as pesquisas qualitativas, a preferência é por análise de conteúdo e revisão bibliográfica (ambas com dois trabalhos). Na próxima subseção apresenta-se a revisão sistemática para os trabalhos coletados.

REVISÃO

O primeiro trabalho da amostra é de Brey *et al.* (2011), os quais tratam da presença estatal na estrutura de propriedade como uma faceta das conexões políticas. Neste estudo, os autores selecionam parte de uma literatura para argumentar em favor de quatro ‘hipóteses’ teóricas. A primeira é que quando o governo figura como majoritário, se observaria menor dependência externa (com acesso a informações privilegiadas, capital, interferência na concorrência e regulamentação setorial), mas acarreta em menor desempenho financeiro, haja vista que o Estado tem uma função social que impera. A segunda surge como uma alternativa à primeira, de forma que a participação minoritária manteria os benefícios da conectividade, ao passo que a menor presença governamental é acompanhada de maior desempenho. A terceira ‘hipótese’ sugere que se numa estrutura em que o governo atua como fornecedor de recursos, as empresas beneficiadas são menos dependentes de recursos financeiros. Por fim, é teorizado que os setores regulados são os propensos a terem mais participação pública que os outros.

Camilo, Marcon e Bandeira-de-Mello (2012) se debruçaram sobre a relação entre conexões políticas e desempenho. A amostra consistiu em 268 firmas. Em relação ao horizonte temporal, se trata de três grupos: '1998' que aglutina as médias das variáveis para os anos 1999 a 2002, '2002' com as médias de 2003 a 2006, e '2006' com as de 2007 a 2009. As variáveis dependentes são o valor da firma pelo Q de Tobin e pelo market-to-book. As independentes são as médias de doações às campanhas políticas (para presidente, senador, governador, deputado federal e estadual), background em governo (número de administradores com experiência em política na Administração Direta - adm. diret. - e número de administradores com experiência no legislativo) e *board interlocking* (BI) político (número de administradores com experiência política compartilhados com outros conselhos), assim como o tipo de controle na estrutura de propriedade. Para controle são inseridas o tamanho da empresa, o grau de endividamento e o logaritmo natural (ln) do número de membros dos conselhos. Analisados por regressão com dados em painel, estimada por efeito fixo. Os resultados indicam que as doações a campanhas presidenciais, o background em adm. diret. e o tamanho do conselho têm relação inversa com o desempenho. Diferente da doação às campanhas de governadores, background em legislativo e tamanho da firma (pelo Q de Tobin e *market-to-book*), interlocking e endividamento (apenas para *market-to-book*) e estrutura de propriedade dominada por indivíduos e famílias (apenas para Q de Tobin), em que todas estas detêm relação direta.

Em seguida há Costa, Bandeira-de-Mello e Marcon (2013), que estudaram a influência das conexões políticas na diversificação dos grupos empresariais. Os dados são referentes a 95 grupos do anuário Valor Grandes Grupos, de 2001 a 2008. O estudo diferenciou o número de candidatos eleitos e não eleitos do total dos que receberam financiamento, inclusive versões defasadas dessa variável (do ano anterior e de dois anos anteriores). A diversificação é baseada no estudo de Khanna e Yafeh (2005), de forma que foi feita a identificação de qual indústria cada empresa, de cada grupo, em cada ano, participa. Como variáveis de controles há a razão do ebitda sobre o ativo, ln do capital social, lucro líquido, ln dos investimentos em bens de capital, alavancagem financeira, taxa de juros de curto prazo oriunda do *World Competitiveness Yearbook*, índice de risco de crédito do Brasil e o índice de liberdade

econômica (IEL) da *Heritage Foundation*, sendo que as cinco primeiras passaram por processo de winsorização, isto é, retiraram os valores acima e abaixo do percentil 99 e 1, respectivamente. A regressão em painel com efeito aleatório é empregada considerando dois momentos: modelos para os anos eleitorais de '2002' e para '2006'. De forma geral, os achados corroboram que as melhorias institucionais influenciam negativamente a diversificação dos grupos empresariais (liberdade econômica em ambos os anos e risco de crédito em '2002') e de que as conexões políticas (em quase todos os modelos) influenciam positivamente a diversificação dos grupos empresariais.

Silva, Caldeira e Bandeira-de-Mello (2014) investigaram as estratégias políticas de companhias que atuam com etanol. Trata-se de um estudo em que os pesquisadores entrevistaram tomadores de decisão sobre estratégias políticas nestas empresas, mas previamente foram entrevistados especialistas no assunto para se nivelar o conhecimento que os pesquisadores já obtiveram com a consulta aos materiais públicos. A análise dos dados se deu com a categorização das escolhas sobre estratégias políticas, baseada em Hillman e Hitt (1999) e da análise de conteúdo clássica com categorização. Os pesquisadores evidenciam que a questão central trazida pelos entrevistados foi a crítica ao controle de preços do governo. Quanto às estratégias, identificou-se que os produtores tradicionais defendem a atuação coletiva do setor. Ainda nesta questão, identificou-se três tipos de estratégias no setor de etanol: estratégias de informação, estratégias financeiras e estratégias de construção de base de suporte. Em âmbito estadual, a estratégia financeira é bastante empregada e a tática predominante é a doação à campanha de Deputados Estaduais e Governador.

Por sua vez, Brey *et al.* (2014) analisaram a estrutura de propriedade com participação societária do governo nas companhias listadas na BM&FBovespa, entre 1999 e 2010. Contaram com uma amostra, em média, de 401 empresas por ano. A pesquisa considera duas formas do governo atuar como acionista: (i) direta, com empresas públicas, empresa estatais, autarquias federais, bancos de desenvolvimento nacional ou regional, fundos de desenvolvimento social e fundos de participação social; e (ii) indireta, com fundos de pensão de empresas públicas e

estatais; segregando as formas em participação majoritária ou minoritária. Entre os resultados, perceberam que o governo chega a participar diretamente em 13,71% das empresas, sendo que destas, ele possuía, em média, 49,72% das ações com direito a voto, esclarecendo que o governo controla as empresas quando está diretamente envolvido com elas. Quanto à participação indireta por meio de fundos de pensão de empresas públicas e estatais, em média, os fundos participam em 16,61% das ações com direito a voto e em 14,77% do capital total. Concluem que o governo está presente em todos os setores da economia em diferentes níveis de atuação.

Já Macedo, Silva e Machado (2015) analisaram o quão suscetíveis os analistas são a manterem empresas que têm conexões políticas explícitas. A amostra constava de professores, estudantes e outros profissionais, das áreas de ciências contábeis, administração, economia e afins, totalizando 308 respondentes. A variável dependente é binária: opção de manter a empresa no portfólio após a descoberta de que ela doa para campanhas. Para as independentes considerou-se a classificação política do participante (esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita), se o respondente tem filiação partidária (binária), nível de concordância com a afirmação 'O Estado deve ajudar empresas em dificuldades financeiras', nível de concordância com 'O maior motor da economia é o Estado', ter incluído a empresa no portfólio antes de saber da conexão, a profissão e ter assistido ao vídeo com imagens de conexões políticas (binária). A técnica de análise é a regressão logística. Observou-se que a maioria dos respondentes (85) se declaram apolíticos. Não são filiados a partidos políticos (282). Majoritariamente, os respondentes 'discordam' ou 'não discordam e nem concordam' com as duas afirmações sobre a força do Estado para a economia. As variáveis (a) classificação política e (b) filiação partidária têm relação inversa com a variável dependente; e (c) indicar a empresa sem conhecimento da conexão teve relação direta.

Brey *et al.* (2015) discutiram a relevância de estruturas de propriedade conectadas com o Governo sendo acionista, para a mensuração do desempenho econômico-financeiro, de mercado e da alavancagem. Trata-se de um ensaio teórico. As argumentações trazidas foram que entre as duas teorias analisadas (estratégia política corporativa e a teoria de agência), existe um ponto em comum, que é quando o governo atua como acionista, já que ambas as teorias têm suas considerações para

esta relação empresa-governo. Os pesquisadores indicam que mesmo com os momentos de privatizações, o governo passou a ser acionista direto de empresas por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de empresas estatais e, indiretamente por meio de fundos de empresas públicas. Lembram ainda que o Governo tende a possuir objetivos diferentes das empresas privadas. Logo, em entidades cujo acionista majoritário é o Estado, espera-se baixo desempenho, contudo, há uma relativa vantagem para estas empresas em termos de crédito, liquidez ou custo de capital.

Pinheiro, De Luca e Vasconcelos (2016) analisaram a relação entre as conexões políticas das maiores empresas da BM&FBovespa e o desempenho. Trata-se de um estudo quantitativo que alcançou 132 companhias. A variável dependente foi o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e como independentes há as conexões políticas (In do montante doado a candidatos ou partidos na campanha eleitoral de 2014) e o tamanho. Foi aplicado o teste de diferença entre médias, a análise de correspondência (Anacor) e a análise de correspondência múltipla (ACM). A maior parte dos recursos doados foi destinada à disputa pela Presidência da República (60,5%) e o Partido dos Trabalhadores foi quem mais recebeu doações (66,7%). A JBS doou mais de 65% do total das contribuições efetuadas pelas empresas, apesar de o montante de mais de 7 milhões representar 0,35% do faturamento do ano anterior, respeitando o limite de 2% da legislação à época. Verificou-se não haver diferença de desempenho entre as empresas com conexões políticas e aquelas sem. Há associação direta entre conexões políticas e tamanho das empresas.

Monticelli, Garrido e Vasconcelos (2017) analisaram a tomada de decisão das instituições formais no processo de internacionalização de empresas brasileiras a partir de um viés político. Entrevistaram 23 representantes de vinícolas e entidades desse setor, triangulando com os dados disponíveis nos websites das instituições (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, e do Instituto Brasileiro do Vinho). Os autores apontam que as instituições desempenham um papel importante na decisão das vinícolas rumo à internacionalização, pois as representações permitem a participação em feiras no exterior, capacitam as vinícolas para as atividades de comércio exterior ou desenvolvem pesquisas de mercado e

rodadas de negócios. Sobre o viés político, o governo não pode beneficiar, proteger e fornecer incentivos a todas as empresas, e segundo os autores, as que forem apoiadas perderão competitividade. Para as empresas, as escolhas baseiam-se na tentativa de obter benefícios econômicos por meio de influências políticas. Já as instituições, baseiam suas escolhas em influências políticas considerando estratégias institucionais.

Ribeiro *et al.* (2017) buscaram identificar o perfil de 20 empresas que mais doaram diretamente a candidatos políticos em anos eleitorais de 2002 a 2014. Após consulta aos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) visualizou-se a predominância de sociedades de capital fechado e o setor de construção civil entre os maiores financiadores de campanhas. As empresas Construtora OAS S/A e Itaú Unibanco S/A doaram em todos os anos de eleição presidencial e para governador. A JBS S/A foi a maior doadora, acumulando mais de R\$ 361 milhões. Até o pleito de 2010, os partidos mais beneficiados foram PSDB, PFL e PMDB, havendo predomínio do PT a partir de 2010. Em relação às eleições municipais, em 2008 o maior doador foi uma pessoa física (mais de R\$ 8 milhões), mas em todo o período, as construtoras predominam.

Gama, Bandeira-de-Mello e Spuldaro (2018) se debruçam em como as interações entre empresas e governos afetam as decisões de crescimento dos grupos empresariais. Foram entrevistadas 16 pessoas, sendo nove membros dos conselhos de grupos empresariais, ou seus funcionários que atuam na área de Relações Institucionais, e sete especialistas. Usou duas classificações de conexões políticas: (i) a presença de ex-políticos no conselho e (ii) doações para campanhas. Um total de 480 documentos de 13 fontes foram usados como dados secundários. Os dados foram submetidos à análise comparativa qualitativa (QCA). Da pesquisa, quatro categorias (origem do crescimento, relações históricas, abrangência do grupo empresarial e uso de estratégias políticas específicas) emergiram. Constatou-se que uma relação histórica entre grupo empresarial e o governo é condição necessária e insuficiente para o crescimento por meio da diversificação. Este relacionamento histórico deve estar em sintonia com o interesse do governo ou com o uso de táticas políticas. Não encontraram nenhum conjunto de atributos que possam explicar totalmente o crescimento por meio da expansão.

Parente e Cruz (2018) compararam o desempenho das empresas que fizeram doação em favor das candidaturas que disputaram o segundo turno nas eleições presidenciais de 2014 e o das demais empresas dos mesmos setores. Considerando uma amostra de 306 empresas, distribuídas em cinco setores econômicos. A variável dependente foi o ROE e o retorno sobre os ativos (ROA), como influenciadoras há a presença de doação (binária), o valor doado, o tamanho, alavancagem e governança corporativa (indica o segmento diferenciado da empresa na BM&FBovespa). A análise se deu pelo teste Wilcoxon-Mann-Whitney e da análise de correlação. A análise do desempenho foi realizada de 2013 a 2015, para verificar o desempenho *ex ante*, durante e *ex post* a realização da doação. Das 306 empresas, somente 20 fizeram doação de campanha a um ou aos dois candidatos. A doação feita pela JBS (mais de R\$ 126 milhões) correspondeu a 81,9% do total doado na amostra. Cerca de 72% do volume de doações foi para a candidata eleita. O desempenho das empresas que fazem conexão política não difere do das demais. O tamanho e o nível de governança corporativa estão positivamente correlacionados com a presença de doação, mas somente a primeira com o valor doado.

Silva *et al.* (2018) investigaram as conexões políticas das firmas listadas na B3 e suas influências no desempenho de mercado, no período de 1998 a 2016. Como variáveis dependentes consideraram a alavancagem, custo do capital de terceiros, ROA, ROE, ROIC (*NOPLAT*/capital investido) e *market-to-book*. A variável independente foi o valor da doação, a qual se trata de um conjunto de variáveis que segregam este valor de acordo com o cargo que o candidato agraciado aspira. Para fins de controle foram incluídas o setor da empresa, reforma de mercado (ILE), inflação (IPCA), PIB, risco Brasil (Índice de Títulos de Mercados Emergentes), taxa Selic, câmbio (valor em reais do dólar), tamanho, endividamento, EBIT e o *ln* da receita bruta. Os dados econômicos das empresas e doações foram atualizados pela inflação (IPCA) a valores de 2016. A análise se deu por modelos de regressão de dados painel com duplo efeito fixo. Cerca de 70% das doações foram para cargos do executivo (destaque para presidência com 42%). Historicamente, o valor das doações vinha crescendo, com auge no último ano de pleito analisado (2014). Achados não

corroboram a possibilidade de que as conexões reduzam o custo de capital e melhorem o desempenho das empresas.

Koprowski *et al.* (2019a) verificaram a influência das conexões políticas e da evidenciação socioambiental no custo de capital para 275 empresas da B3. A variável de interesse foi o custo de capital de terceiros (empréstimos e financiamentos mais as debêntures) e de capital próprio (dividendos e juros sobre o capital próprio, divididos pelo patrimônio líquido). As variáveis independentes foram a evidenciação socioambiental (total de itens atendidos em relação aos 31 itens do IIRC (2015)), setores de alto impacto ambiental (binária, lista da Lei 10.165/2000), uma moderadora dada pela multiplicação das duas primeiras, conexões políticas por participação acionária (binária), outra moderadora (a primeira vezes a variável anterior), conexões por doações (binária, ano de 2014) e moderadora (primeira vezes a variável anterior). As variáveis de controle foram o turnover (excluídas ações em tesouraria), tamanho da empresa, ROA, liquidez corrente, *market-to-book*, listagem em bolsa estrangeira (binária), auditoria por BIG4 (binária) e listagem em níveis diferenciados de governança corporativa (binária). As variáveis foram calculadas com base no ano de 2017, exceto o nível de evidenciação (considerou-se 2016) e as conexões por doação (considerou-se 2014). Os dados foram analisados por regressão linear múltipla, resultando que (i) o nível de evidenciação influencia positivamente o custo de capital, (ii) as conexões influenciam negativamente o custo de capital próprio e positivamente o de terceiros e (iii) as conexões influenciam negativamente a relação entre a evidenciação socioambiental e o custo de capital próprio.

Koprowski *et al.* (2019b) analisaram a influência das conexões políticas na evidenciação de informações socioambientais para uma amostra de 370 empresas da B3. A análise se deu por intermédio da regressão linear múltipla tendo como variável dependente o nível de evidenciação socioambiental (total de itens atendidos em relação aos 31 itens do IIRC (2015)). As variáveis independentes foram a doação para campanha eleitoral (binária), participação acionária de político ou do governo de forma direta ou indireta (binária), ISE (binária), ROA, *market-to-book*, tamanho, crescimento das vendas, setor regulado (binária). Os resultados indicaram que o nível médio de evidenciação das informações de sustentabilidade foi 17,7% para a amostra. Em média, 18% das companhias doaram para campanhas eleitorais em 2014. A conexão

por participação acionária do governo ocorreu em 10% das empresas. Não se obteve evidência de que a conexão política tenha alguma influência sobre nível de evidenciação das informações.

Dal Magro e Klann (2020) avaliaram as estruturas de interligações pelos membros do conselho de administração com expertise política e financeira de 2.474 observações, provenientes de 434 empresas listadas na B3, de 2010 a 2015. A análise se deu pela estatística descritiva e centralidade de redes *degree* (ligação direta) e *betweenness* (ligação indireta), dos membros com *expertises* social, política e financeira. Em média, 74,82% das empresas tiveram ligação direta entre os conselheiros. Por volta, de 40,22% das firmas apresentaram indireta. O ano com maior percentual de ligação direta e indireta foi 2010, com 77,92% e 42,13% das empresas, respectivamente. Observou-se que 38,8% das empresas se valem de BI direto por expertise financeira, assim como 33,55% se utilizam de *interlocking* direto por conexão política. Porém, os achados indicam que, de 2010 a 2015, reduziu-se o número de empresas com ligação direta ou indireta por conexão política.

Loch *et al.* (2020) analisaram o conflito principal-principal em empresas de propriedade mista do setor elétrico brasileiro, via emprego de cinco entrevistas, com conselheiros e diretores do setor. Os dados foram examinados pela análise de conteúdo. Conforme os autores, os principais achados indicam que mesmo que a participação acionária do governo possa fornecer uma opção para buscar apoio e recursos, ela pode fomentar uma série de distorções e incertezas, sobretudo pelo interesse governamental ser voltado ao palco político e não a uma necessidade econômica, inflando os conflitos principal-principal. O governo exerce influência no setor elétrico tanto atuando como acionista como exercendo pressão através da regulação. Concluem que o desenvolvimento da governança corporativa mitigaria o conflito entre proprietários, ao fornecer opções úteis para controlar o comportamento oportunista e a captura regulatória.

Rocha e Bezerra (2021) avaliaram o impacto da divulgação da participação de empresas em escândalos de corrupção, por meio da mídia e dos auditores independentes, na qualidade das informações contábeis. A amostra contou com 372 empresas entre 2010 e 2016. A análise se deu pela regressão *pooled* por MQO

clusterizado e estimador GLS, tendo como variável dependente a variação do lucro ponderada pelo ativo. As independentes foram a variação negativa do lucro do ano anterior (binária), variação do lucro do ano anterior ponderada pelo ativo do início do ano anterior, mediadora (multiplicação das duas variáveis anteriores), divulgação do envolvimento de empresas em investigações de corrupção no relatório dos auditores ou na mídia (binária), três mediadoras (a anterior multiplicada pela primeira, a anterior multiplica pela segunda e a anterior multiplicada pela primeira mediadora). As de controle foram o Ln do ativo, ROA, prejuízo (binária), fluxo de caixa operacional ponderado pelo ativo do início do ano e ano de crise (binária). Os resultados apontam que as perdas são reconhecidas tempestivamente quando as companhias são expostas pela mídia e pelos auditores. Os autores indicam que o efeito da crise talvez tenha maior impacto no reconhecimento. Além disso, se as conexões políticas forem muito fortes, mesmo diante da pressão da mídia no reconhecimento da perda, pode-se diminuir o receio de punição da fraude.

Moura *et al.* (2021) verificaram a influência das conexões políticas no custo da dívida. Trabalharam com uma amostra de 204 empresas listadas na B3 no período de 2011 a 2014 e 213 firmas no período de 2015 a 2016. A variável dependente foi o custo da dívida (razão entre as despesas financeiras e o passivo oneroso médio do ano). As independentes foram doações às campanhas eleitorais (binária), participação acionária direta ou indireta do governo de pelo menos 10% (binária), doações às campanhas eleitorais ou participação acionária do governo (binária). Como controle inseriram o endividamento, tamanho da empresa, ROA, *market-to-book* e crescimento das vendas. Foram verificadas as conexões políticas existentes no ano de 2010 e a influência no custo da dívida do período de 2011 a 2014 e das conexões políticas existentes no ano de 2014 no custo da dívida do período de 2015 a 2016. Dados analisados pelo teste-t de Student e regressão por mínimos quadrados ordinários com erro padrão robusto. Observou-se que, em média, as companhias doadoras incorrem em menores custos de financiamento (exceto no ano de 2011). Não houve diferença estatística quando se comparou o custo entre empresas com e sem participação acionária governamental. Achados corroborados na regressão, de forma que apenas as conexões por participação acionária não tiveram significância, as demais contribuíram para diminuir o custo do financiamento.

Costa *et al.* (2021) objetivaram identificar e descrever a relação entre a conectividade política e o desempenho econômico, consultando uma amostra de 26 empresas de energia elétrica, entre os anos de 2013 e 2018. A regressão quantílica empregada teve como variáveis dependentes o Q de Tobin e o *market-to-book*. As influenciadoras foram a conexão geral (binária, se houve participação acionária do governo ou presença de ex-político no conselho de administração), conexão por presença estatal na estrutura de propriedade (binária) e presença de ex-político no conselho (binária). Para fins de controle considerou-se o tamanho, alavancagem, liquidez corrente e governança corporativa (binária, se estava listada no nível 1, 2 ou novo mercado). Foi identificado que a conexão, pela presença do acionista governo ou pela presença de membro de conselho só está positivamente relacionada com os níveis mais elevados de desempenho. A conexão por participação na propriedade influencia positivamente o desempenho. Não houve fortes evidências de que ex-políticos influenciem o desempenho.

Koprowski *et al.* (2021) analisaram se mecanismos de governança e conexões políticas influenciam a evidenciação de práticas anticorrupção. A amostra contou com 372 empresas em 2016 e 368 em 2017. Os pesquisadores aplicaram regressão linear múltipla tendo como variável dependente a evidenciação anticorrupção (razão entre número de citações das palavras-chave com o total de páginas dos relatórios de sustentabilidade). As variáveis independentes foram o tamanho do conselho de administração, percentual de membros externos no conselho, governança corporativa (binária, se estava listada no nível 1, 2 ou novo mercado), BIG4 (binária), tamanho do comitê de auditoria, independência do comitê, proporção de conselheiros com expertise política e participação acionária do governo (binária). As de controle foram o tamanho, concentração de propriedade, setor (binária, se pertence aos setores de construção, petróleo, gás e biocombustíveis) e ISE (binária). O tamanho, a independência do conselho, BIG4, o tamanho do comitê e a participação acionária do governo contribuíram positivamente na evidenciação. Já a presença de políticos no conselho influenciou negativamente.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa objetivou analisar a produção científica brasileira, veiculada em periódicos, a respeito das conexões políticas. Tal pretensão foi alcançada, uma vez que foi feita uma análise bibliométrica e uma revisão sistemática desta produção. Os aspectos bibliométricos corroboram com o estudo precedente de Arantes, Dias e Soares (2022), de forma que se observou que, historicamente, o interesse no tema vem crescendo, assim como há um grupo de autores que concentram o volume de artigos, ao mesmo tempo que estes firmam parcerias com outros pesquisadores, possibilitando uma integração com novos estudiosos na temática.

Os artigos estão sendo bem recepcionados pelas revistas, principalmente nos estratos mais estimados do Qualis da Capes. Ao passo que se observou que as temáticas dos trabalhos integram as conexões políticas com o desempenho, com a estrutura de propriedade e com os investimentos. A prevalência é de estudos com orientação quantitativa. A partir da revisão sistemática percebeu-se que os estudos mais antigos eram predominantemente qualitativos.

Em se tratando dos trabalhos quantitativos, a *proxy* mais recorrente se refere as doações, seja por (i) intermédio de uma variável binária que indique se houve ou não alguma doação feita pelas empresas, ou (ii) do valor doado pelas companhias. Todavia, em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou como inconstitucionais normas que permitiam as doações feitas por pessoas jurídicas às campanhas políticas (TSE, 2020; RAMALHO, 2015).

No entanto, ainda se observa em trabalhos posteriores à orientação da Suprema Corte que ainda mantém essa variável, obviamente uma crítica poderia ser feita a tal recurso, porém é importante lembrar que existe o efeito *post-fact*, ou seja, acredita-se que uma empresa faça doação para uma candidatura hoje e se beneficie futuramente. Assim seria razoável admitir o uso desta variável como uma independente ou de controle num curto espaço de anos após a decisão do STF.

As pesquisas mais recentes, e mesmo em algumas das mais antigas, já trazem alternativas para aproximar as conexões. Por exemplo, cita-se a presença de ex-políticos ou lideranças partidárias no quadro de pessoal estratégico das companhias, há o compartilhamento destes indivíduos entre as companhias, há a participação

acionária direta ou indiretamente nas companhias, há as doações feitas por pessoas físicas que sejam diretores ou conselheiros (destaca-se que tais doações são em volumes inferiores ao que havia com as feitas por empresas).

Estudos futuros podem se valer destas variáveis para mensurar a conexão política, também é possível investigar outras relações de benefício ou desvantagem decorrentes desta aproximação. A este respeito, pode-se analisar a relação entre as conexões políticas e os custos trabalhistas, a probabilidade de vencer disputas judiciais, sobre a abertura de capital no exterior, o acesso às diferentes fontes de endividamento, sobre a política de dividendos, assim como pesquisas que elucidem as conexões políticas do judiciário com as empresas. Revisões sistemáticas que tratem dos artigos veiculados em eventos ou publicações mundiais.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, H.; PFEFFER, J. Environments of organizations. **Annual Reviews of Sociology**, v. 2, n. 1, p. 79-105, 1976.

ARANTES, V. A.; DIAS, D. P.; SOARES, R. O. Análise do campo científico dos estudos sobre conexões políticas no Brasil. **Desafio Online**, v. 10, n. 1, p. 101-126, 2022.

BOATENG, A.; LIU, Y.; BRAHMA, S. Politically connected boards, ownership structure and credit risk: evidence from Chinese commercial banks. **Research in International Business and Finance**, v. 47, p. 162-173, 2019.

BOISOT, M.; CHILD, J. From fiefs to clans and network capitalism: explaining China's emerging economic order. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 4, p. 600-628, 1996.

BORGHESI, R.; HOUSTON, J. F.; NARANJO, A. Corporate socially responsible investments: CEO altruism, reputation, and shareholder interests. **Journal of Corporate Finance**, v. 26, p. 164-181, 2014.

CORADINI, J. F. *et al.* Adaptabilidade de carreira: produção científica dos últimos 10 anos. **Revista Gestão Organizacional**, v. 15, n. 1, p. 243-257, 2022.

DICKO, S. Does ownership structure influence the relationship between firms' political connections and financial performance? **International Journal of Corporate Governance**, v. 11, n. 1, p. 47-76, 2020.

DONATO, H.; DONATO, M. Etapas na condução de uma revisão sistemática. **Acta Médica Portuguesa**, v. 32, n. 3, p. 227-235, 2019.

PFEFFER, J.; SALANCIK, G.R. **The external control of organizations**: a resource dependence perspective. New York: Harper & Row, 1978.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **LOGEION: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

JENSEN, M.; MECKLING, W. The theory of the firm: managerial behavior, agency costs, and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KHANNA, T.; YAFEH, Y. Business groups and risk sharing around the world. **Journal of Business**, v. 78, n. 1, p. 301-340, 2005.

KOPROWSKI, S. *et al.* Influência das conexões políticas e da evidenciação socioambiental no custo de capital. **CONTEXTUS – Revista Contemporânea de Gestão e Economia**, v. 17, n. 2, p. 98-128, 2019.

LI, P. P. *et al.* Reconceptualizing and redirecting research on guanxi: ‘guan-xi’ interaction to form a multicolored chinese knot. **Management and Organization Review**, v. 15, n. 3, p. 643-677, 2019.

MAZUCATO, T. (org.). (2018). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE.

RAMALHO, R. **Supremo proíbe doação de empresas para campanhas eleitorais**. G1, Brasília, 2015.

RUEDA SÁNCHEZ, M.; ZAPATA ROTUNDO, G. Teoría de dependencia de recursos: premisas y aplicaciones. **Ciencia y Sociedad**, v. 43, n. 1, p. 75-92, 2018.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. Politicians and firms. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 109, n. 4, p. 995-1025, 1994.

SILVA, J. C. da *et al.* A influência das conexões políticas no custo de capital e no desempenho das empresas listadas na B3. **Brazilian Business Review**, v. 15, n. 4, p. 317-330, 2018.

TSE. (2020). **Eleições 2020**: conheça as regras e os limites para doações eleitorais. Comunicação, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/35cXphT>, acesso em: 17 jan. 2022.